

DEDIHC

27/05/2019

Criado na estrutura da Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos (SEJU), por meio do Decreto 5.558/2012, e revogado pelo Decreto 10.714/2014, o **Departamento de Direitos Humanos e Cidadania - DEDIHC** responde pela promoção, proteção, defesa e implementação dos direitos humanos, em consonância com os ordenamentos e documentos nacionais e internacionais que regem o tema.

São competências do Departamento de Direitos Humanos e Cidadania - DEDIHC:

- a formulação, articulação e divulgação de políticas públicas assecuratórias dos direitos humanos;
- o recebimento de representações que evidenciem a violação dos direitos humanos e a adoção das providências necessárias;
- a proposição, ao poder executivo estadual de medidas destinadas à preservação dos direitos humanos;
- a elaboração de planos, programas e projetos relacionados as questões de direitos humanos e cidadania;
- a implementação de ações e projetos que visem o desenvolvimento integrado com respeito aos direitos humanos e cidadania.

Suas ações visam:

- receber, verificar e adotar medidas referentes à violação de direitos humanos;
- assessorar os Conselhos de Direitos;
- esclarecer e fornecer subsídios para o exercício da cidadania;
- realizar parcerias com instituições governamentais e não governamentais visando desenvolver planos, programas e projetos, bem como a realização de ações específicas.

Programas, Planos, Ações e Serviços em desenvolvimento pelo DEDIHC:

- **PPCAAM - Programa de Proteção à Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte**
- **PROVITA - Programa de Proteção à Vítimas e Testemunhas Ameaçadas**
- **Plano Estadual de Políticas Públicas para Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) do Paraná**
- **Plano Estadual de Políticas Públicas para Promoção e Defesa dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná**
- **Plano Estadual de Políticas Públicas para Promoção da Igualdade Racial do Paraná**
- **Programa Criança e Adolescente Protegidos no Estado do Paraná**
- **Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - NETP/PR**

Integram a estrutura do Departamento de Direitos Humanos e Cidadania (DEDIHC), os seguintes Conselhos de Direitos:

- Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Paraná - COPED
- Conselho Estadual de Proteção às Vítimas de Abuso Sexual - COPEAS
- Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná - CPICT/PR
- Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial - CONSEPIR
- Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná - CERMA/Pr
- Conselho Gestor do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAAM/PR
- Conselho Deliberativo do Programa Estadual de Assistência à Vítimas e Testemunhas Ameaçadas - PROVITA/PR

E outras instâncias colegiadas:

- Comitê Gestor Estadual do Plano de Ações Integradas para a Prevenção e o Combate à Tortura - [**Decreto Estadual 6.331/2010**](#)
- Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Estado do Paraná – CETP/PR - [**Decreto Estadual 8030/2013**](#)
- Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em Situação de Rua no Estado (CIAMP Rua – PR) - [**Decreto Estadual 2405/2015**](#)
- Comitê LGBT/ Monitoramento do Plano Estadual - [**Resolução SEJU 149/2015**](#)
- Comitê Estadual de Memória, Verdade e Justiça do Estado do Paraná - [**Decreto Estadual 8335/2017**](#)
- Comissão para Erradicação do Trabalho Escravo no Estado do Paraná – COETRAE/PR - [**Decreto Estadual 8460/2017**](#)

LEGISLAÇÃO:

[**LEI N° 18.778/2016**](#) - Transformação da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos em Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, e adoção de outras providências

[**DECRETO N° 10714/2014**](#) - Aprova o Regulamento da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

[**DECRETO N° 5558/2012**](#) - Aprova o Regulamento da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

[**DECRETO N° 2085/2003**](#) - Aprovado o Regulamento da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - SEJU